

Ontem, eu me reuni, no Palácio do Planalto, com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, com o Presidente do Senado e do Congresso, Senador José Sarney, com o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Luís Eduardo Magalhães, e com o Ministro da Justiça.

Por quê? Porque somos os Chefes dos poderes constituídos da República e temos que pensar com seriedade sobre a questão social no Brasil. É claro que nós todos estamos ainda chocados com o episódio ocorrido lá no Pará, com a morte de tanta gente que pagou com a vida por uma violência para a qual o Brasil não vê desculpa, não aceita mesmo.

Mas nós temos que pensar além disso: temos que pensar, também, na questão social do Brasil. Sabemos que a reforma agrária é um anseio. Sabemos, também, que há muita gente que, embora não tenha tido jamais um pedaço de terra, anseia por uma condição melhor de vida. E, muitas vezes, nos movimentos, se juntam os dois tipos de pessoas, os que já trabalhavam com terra e os que, não tendo terra, querem ter um pedaço dela para sobreviver. São muitos brasileiros.

O Governo tem feito muito esforço nessa direção. Devo dizer, com toda a serenidade, que, desde que assumi o Governo, mandei que se acelerassem os processos de assentamento rural, ou seja, de entrega de terra àqueles que precisam de terra para trabalhar.

No ano passado, nós assentamos 42 mil famílias. Em média, no Brasil, foram assentadas 16 mil famílias. No momento de auge,

quando mais se assentou, nos anos 80, num daqueles anos, foram 32 mil famílias. Portanto, o Governo trabalhou. É claro que muitas dessas famílias foram assentadas em terras cuja desapropriação já vinha de outro governo, do Governo Itamar Franco, do qual eu era ministro também.

Pois bem, assim nós vamos continuando a assentar. Há limites para isso. Não há limites de dinheiro, não. Eu já disse – e disse reiteradamente àqueles que são responsáveis pela área rural – que, para assentamento rural, para o assentamento mesmo e para a desapropriação de terras, o Governo não terá limite, para tudo que for necessário, tudo, com muito empenho para que haja a possibilidade do assentamento.

Entretanto, há outros limites. Primeiro, é a lei. A lei, muitas vezes, dificulta o processo de negociação com o proprietário, para que haja a desapropriação. Há uma enorme quantidade de decisões judiciais, liminares, que mandam, simplesmente, devolver ao proprietário a terra. Muitas vezes, a terra está ocupada, e, para desalojar aqueles que estão na terra, é preciso que a polícia interfira: muitas vezes, a polícia não está preparada, como no caso do Pará, e o faz com violência.

Nós temos que olhar os dois lados. Primeiro, é preciso fazer com que haja mais negociação nos movimentos daqueles que querem terra. Não se pode apoiar a ocupação indiscriminada de terras. Em segundo lugar, é preciso providenciar que a lei seja mais flexível, que permita uma negociação mais rápida. E, em terceiro lugar, é preciso que haja, também, preparo maior das polícias e controle maior das polícias, para que elas não pratiquem a violência.

Nós discutimos tudo isso. Os Presidentes da Câmara e do Senado se comprometeram – e já era o interesse deles – a agilizar projetos que o Governo mandou para o Congresso, há dez meses, sobre os mecanismos para entregar terra, de desapropriação de terra. É claro que o Congresso vai ter que debater, vai ter que ver os vários lados da questão, porque nós não podemos, também, deixar que, tendo alguém legitimamente uma terra, de repente ela seja invadida e, sendo terra produtiva, ele perca a propriedade sobre ela. Por outro

lado, temos que ver, também, que há terras improdutivas e que é preciso, nesse caso, agilizar o processo de ocupação.

O Senado vai discutir outra questão importante. É que os crimes praticados por policiais militares vão ser julgados, agora, por tribunais civis. É uma lei que está lá, foi refeita na Câmara e está no Senado; e tem o apoio do Governo.

Enfim, estamos tomando medidas pertinentes, para que nós mudemos o País.

Agora, para isso, vou fazer mais uma vez um apelo: não é hora de nós, simplesmente, explorarmos fatos que são terríveis. É hora de nós construirmos. É preciso que haja entendimento, que haja negociação, que todas as forças políticas, em primeiro lugar, pensem no povo, e não em tirar vantagem. Portanto, que venham discutir com seriedade com o Governo.

O Governo está aberto, apelando para a discussão. Recebi, muitas vezes, a Contag, que reúne os trabalhadores do campo. Recebi, algumas vezes, até mesmo os dirigentes dos sem-terra. Estou disposto a receber todos que venham discutir com seriedade. Falarei com o Governo e com a oposição. Estamos dispostos a isso. Os Presidentes do Supremo Tribunal, da Câmara e do Senado, da mesma maneira.

Então, está na hora de nós construirmos um Brasil sem violência, com respeito à lei, mas, sobretudo, que preste atenção que é preciso dar terra a quem tem, legitimamente, o direito de obtê-la.